

# RELAÇÕES SÓCIO/COMPORTAMENTAIS NA BAÍA DE CAMAMU E A INSERÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA.

Djaneide Silva Argolo<sup>i</sup>

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo compreender o processo de ressignificação socioespacial da Baía de Camamu – Bahia – Brasil, através da inserção da atividade turística, a fim de apresentar estratégias para o planejamento sustentável do turismo. Entende-se que o turismo, como atividade econômica e como fenômeno social, aporta impactos sociais, culturais e ambientais, negativos e/ou positivos (BOMFIM,2006; DIAS;2003;YAZIGI, 2008). Nessa perspectiva, entender a percepção dos atores principais, sobre a produção do lugar turístico, a Baía de Camamu é buscar pistas que possam permitir ao planejamento sustentável do turismo. Para tal, utiliza-se nesse estudo uma abordagem metodológica qualitativa/interpretativa. Os resultados apontam que a ressignificação do espaço da Baía de Camamu, pelos pescadores, cabaneiros e feirantes, passa pela percepção afetiva dos mesmos, na medida em que as transformações nas dimensões ambientais, sociais e culturais envolvem uma relação de alteridade entre esses sujeitos e os visitantes. Nesse sentido, um planejamento participativo pode direcionar ações para uma sustentabilidade da atividade turística.

**Palavras-chave:** Baía de Camamu, Turismo, Sustentabilidade.

## 1. Introdução

Nas últimas décadas, paralelo ao contexto educacional e ao seio das ciências humanas, Geografia, História, Sociologia, Antropologia, Economia, entre outras, os debates sociais e científicos colocam em jogo os termos representações, territorialidade, lugar, etc. Estes debates portam sobre a necessidade de investigar os princípios fundadores de nossa relação com o mundo. Trata-se de interagir os fundamentos de uma inteligibilidade do espaço das sociedades com as significações atribuídas ao espaço vivido pelo ator *sóciogeográfico*, construídas através de sua participação na sociedade e da sua construção identitária com o espaço.

Entende-se, aqui, que o turismo se afirma como atividade econômica que interfere na organização desigual dos territórios, absorvido pelos modos de produção econômicos, sociais e culturais, portanto, requerendo controle governamental e da própria sociedade e exigindo a aplicação de políticas públicas e privadas, oficiais e alternativas. É nessa perspectiva da organização espacial que o turismo é explicado como uma atividade que se preocupa com a produção e distribuição do espaço. Isso revela a necessidade de um disciplinamento no contexto global onde opera o turismo, visando dotá-lo de uma racionalidade econômica que permita o controle das variáveis de bens e serviços que tornam possíveis os benefícios esperados pelos turistas em viagem. Os principais objetivos econômicos gerais do turismo são: maximização da

quantidade de experiência psicológica para os turistas [da utilidade dos bens e serviços]; maximização dos lucros das firmas que produzem bens para os turistas; maximização dos impactos primário e secundário dos gastos turísticos sobre uma determinada comunidade, região ou país.

Mas, antes de ser um fenômeno econômico, o turismo é uma experiência social que envolve pessoas que se deslocam no tempo e no espaço em busca de prazer e diversão que atendam não apenas as suas necessidades físicas imediatas, mas também os seus imaginários.

Moesch (2000) afirma que o turismo envolve uma relação complexa de interrelacionamentos entre produção e serviços, cuja composição integram-se uma prática social com herança histórica, a um meio ambiente diverso, à uma cartografia natural, às relações sociais de construtibilidade e às trocas de informações interculturais.

Percebe-se, aqui, vários aspectos das imbricações socioculturais, uma vez que das relações desenvolvidas durante a promoção da atividade turística, decorrem (re) construções e (re) significações socioespaciais. Assim, o fenômeno turístico se apresenta como um misto entre a subjetividade e objetividade que compoem os processos socioculturais, políticos, geográficos e econômicos. Logo, a sua compreensão requer estudos interdisciplinares, uma vez que as ações engendradas em função da exploração da atividade turística trazem seus resultados socializados (Dencker, 2004; Bomfim, 2000; Yázigi, 1998; Filho, 2000). Essas idéias acima são corroboradas pelas inferências de Coriolano (2005 apud Chadefaud, 1987) quando afirma que o espaço turístico é considerado um produto social que envolve aspectos que alicerçam as culturas dos grupos humanos, acentuando por sua vez, a demanda de investigação dos variados vieses da atividade turística, uma vez que esta é hoje compreendida como alternativa de desenvolvimento.

As perspectivas de inspiração interdisciplinar consideram as significações e práticas que os atores sociais atribuídas ao seu espaço de vivência como uma forma de reconstrução de sua realidade socioespacial. Assim, nós acreditamos que estas significações nos permitem de compreender dentro de qual mundo e como eles vivem, e de afirmar que as representações sociais são pertinentes para melhor se compreender o fenômeno turístico e apresentar estratégias que permitam a sua sustentabilidade em diversas dimensões.

Por um lado, o tratamento econômico do turismo requer, no entanto, uma abordagem que contemple ao lado da análise científica, a consideração do elemento humano que é fundamental em sua manifestação. Por outro lado, compreender o objeto de estudo ou fenômeno, o turismo, exige antes de tudo de entender que o conhecimento científico se processa a partir da relação entre os sujeitos e o objeto, a partir dos níveis de experiências que esses travam com o mesmo. Isso significa dizer que o conhecimento empírico desenvolvido, a partir de suas experiências

com o fenômeno no espaço vivido, tem uma importância fundamental para a construção da ciência. Essa, por sua vez apresenta um arcabouço teórico e metodológico que permitem a sua evolução epistemológica, contribuindo não só com o seu avanço mas também na sua intervenção social.

Nessa perspectiva, esse estudo busca estudar o turismo como um fenômeno social e como uma atividade econômica. Como fenômeno social é importante salientar que o mesmo envolve deslocamento e relações de pessoas num determinado espaço geográfico. Esse, numa visão kantiana, é dinâmico na medida em que sua objetividade permite que as coisas existam. Por outro lado, numa visão aristotélica, ele é subjetivo, ou seja percebido, vivido e concebido de diversas formas, logo transformado e ressignificado como espaço turístico, lugar turístico, lugar de memória de identidade (Bomfim, 2000).

Como atividade turística ele se apresenta, em sua forma mais simples, como uma corrente massiva que se desloca desde um mercado de origem até um núcleo receptor, apresentando dois problemas básicos: sua má distribuição no tempo e sua polarização no envolvidas, possibilitando a obtenção do pleno desenvolvimento das suas potencialidades, tanto nos lugares de emissão como nos de recepção dos fluxos físicos e monetários da atividade turística.

## **Resultados e Discussão**

No decorrer das pesquisas para este artigo, observou-se que os resultados apontaram para duas imagens bastante significativas. A primeira, que antecede a atividade turística e, a segunda após a mesma. Essas imagens serviram para criação de um modelo estratégico e eu pudesse alavancar o turismo para um desenvolvimento regional local, baseado no planejamento participativo.

Segundo, maioria dos pescadores, cabaneiros e feirantes, até os últimos vinte anos do século passado, o espaço da Baía de Camamu era caracterizado pela atividade econômica ligada a exploração do cacau, seguido da produção do pescado que era comercializado no mercado interno. Além dessa caracterização, eles a relembram como um espaço paço de lazer exclusivamente dos moradores locais. Por essas razões, infere-se que essa comunidade se definia pelo aporte econômico advindo do cacau, incidindo diretamente no fortalecimento do comércio local, refletindo, por sua vez, na sua prosperidade. Resumindo, depreende-se um grupo social amalgamado pelo aspecto da solidariedade, sem grandes conflitos econômicos, sociais e existenciais.

Nós vivíamos antes da atividade turística, eu considero de modo melhor, como meus pais falavam, porque em 1980 eu era adolescente devia ter mais de 10 anos, mas, verificava que tínhamos mais fartura na mesa, e na roça do meu pai, até os trabalhadores viviam melhor (Feirante 1).

Nós vivíamos, em termos gerais dos recursos do cacau, pois quando o cacau se encontrava na safra e com preços bons o comércio sempre estava bem, embora a gente não trabalhasse diretamente com o cacau, mas todos ganhavam algum dinheiro em suas atividades quando a cacau tinha preço (Cabaneiro 3).

Com relação à caracterização da Baía de Camamu, após a inserção da atividade do turismo, esses atores sociais afirmam que, atualmente, a região se apresenta bem mais populosa que antes, e eles admitem que a atividade turística foi responsável, uma vez que novos empreendimentos imobiliários foram implantados, aumentando assim a oferta de empregos, tanto fixos quanto temporários. Por outro lado, eles definem esse espaço como aquele da produção turística, pela presença da população residente como da visitante.

Eles são mister em apontar alguns impactos na dimensão ambiental, mas que não estão associados diretamente à atividade turística, na medida em que todos afirmam que houve depreciação dos manguezais e das matas, bem como escassez do pescado a exemplo dos peixes, mariscos e crustáceos.

O meu lugar foi tomado por estrangeiros, uma boa parte de antigos colegas foram morar em outros lugares e venderam as casas para pessoas de fora, até nas festas só tem gente de fora, não tem muito espaço para o nativo, nossos barcos no fim do ano, na festa da virada são alugados quase todos por gente de fora. (Pescador 2).

Essa análise permite inferir que um conjunto de fatores contribuiu para a depreciação ambiental: a pesca com rede de malhas pequenas, a utilização de bombas para a pesca de peixes, configurando a ocorrência comum da pesca predatória e a exploração dos minérios existentes na Baía. Vale ressaltar que as empresas que exploram minerais na Baía, já atuam há muito tempo e propiciam, em contrapartida para a comunidade, algumas ações como: promoção de cursos (carcinocultura, artesanato, etc.), manutenção de escolas e preservação de áreas verdes.

Por outro lado, verifica-se que todos os participantes do estudo abordaram a questão da escassez dos frutos do mar, em função da depreciação ambiental e citam que os locais mais degradados são aqueles que recebem maior número de visitantes na alta estação, tornando-se por esta razão foco de desgaste natural originado pela ocorrência de edificações urbanas, uma vez que para este locais afluem em grande número, tanto turistas quanto pessoas de outras localidades que passam a fixar residência para explorar a atividade turística ou para ser apenas residente.

Quem vem de fora não tem amor pela nossa natureza, veja Barra Grande, só tem construção, o manguezal tem bem pouco, as madeiras de lei que era muita fartura, os estaleiros de Cajaíba comeram, hoje buscam madeira até do Pará, por que as madeiras

daqui, já era. (Cabaneiro 2).

Não temos mais mariscos, até o camarão defumado que já não é tão bom, tem vindo de Ilhéus, peixes bonitos e grandes, não têm mais, não se encontra mais um mero de 200 quilos há muito tempo, ou seja, as coisas pioraram neste aspecto para nós, mas também para o turista que não encontra comida farta. (Feirante 2).

Neste sentido inferiu-se que ocorre um desconforto para o habitante local que vê seu espaço tomado, seus hábitos modificados, porque passa a disputar serviços que contemplavam um determinado número de pessoas, e que na maioria das vezes não são otimizados em função das necessidades criadas pela exploração do turismo.

Outra situação recorrente refere-se ao deslocamento da população residente, que opta por se desfazer de propriedades costeiras, em função dos preços alterados pela exploração da atividade turística, passando a morar em áreas cada vez mais distantes. Ou mesmo, até saindo do lugar e se estabelecendo em outras regiões, por sentir que o seu lugar não é mais o mesmo.

Os resultados apontam que o lugar turístico é também um lugar de vivência, onde os laços topofílicos são reforçados a partir da experiência dos sujeitos com o seu espaço de vida. Isto significa, segundo Tuan, (1998) que essas afirmações são derivadas da realidade que circunda os pescadores, cabaneiros e feirantes, onde sua percepção é um produto das alterações no ambiente. Essas alterações lhes inspiram respeito ou prometem sustento e satisfação dos seus objetivos, lembrando que a afetividade com o espaço vivido é o resultado das relações e das experiências que afetam não só o espaço geográfico, mas também a vida dos sujeitos.

Logo, fazendo uma relação entre espaço natural e espaço vivido e apropriado pela atividade turística, acreditamos que a depreciação ambiental falada por eles, tem sua raiz na intensa movimentação de pessoas, principalmente na alta estação, devido aos diversos atrativos naturais e culturais, contribuindo assim em vários impactos econômicos, ambientais, sociais e culturais. Assim, muitas vezes a comunidade residente é excluída e assiste a transformação do seu espaço de vida, com uma participação ativa de outros e ali não construíram uma relação de afetividade, constituindo-se numa territorialização.

Com relação à apropriação do território [Baía de Camamu] em espaço turístico, Certeau (1994) afirma que o espaço controlado perde seu conteúdo, na medida em que cria um *voyeur*, ou seja, o turista como um mero espectador. Em resumo, o turismo na visão de (FERRARA, 2002: 21) “faz do espaço um objeto quando o enfrenta na visibilidade comercial do pacote, dos roteiros, das passagens, bilhetes e roteiros”.

Para os atores sociais integrantes desta pesquisa, a Baía de Camamu, é apresentada como seu lugar, cujo conceito prevê experiência, sentimentos, valores e significações que no entender

de (MERLEAU-PONTY,1999), a ação de escutar e promover a valorização desta percepção dota de compreensão os gestos, as preferências, as singularidades e as relações que aí são travadas. E com relação às atividades desenvolvidas pelos habitantes locais no entorno da Baía, com relação à utilização dos seus recursos, tem o seu entendimento se encontra atrelado à constatação de que estas atividades são decorrentes de suas necessidades básicas, como pescar peixes e mariscos, coletar cocos e mangas, explorar piaçava, dendê, que, no entanto, não incidem na depreciação ambiental.

Assim, nesse contexto evidencia-se a relação dos impactos socioculturais com a questão da identidade cultural local, percebendo-se como as transformações na localidade vêm deslocando as referências identitárias, acentuando que estas têm passado por transformações que vêm esvaziando os aspectos tradicionais e incorporando elementos contemporâneos (HALL, 2001). Argumentando sobre deslocamentos nas identidades culturais, esse autor aborda a questão na medida em que as culturas tornam-se mais expostas a influências externas através de infiltração cultural que ocorre nas diversas comunidades, afirmando ser difícil conservar a identidade cultural intacta, exemplificando.

Neste caso, buscamos a idéia de (CANCLINI, 2006), sobre o processo de hibridação cultural, quando ocorre a perda de elementos característicos de uma identidade, ao tempo em que outros elementos são absorvidos nas relações sociais desenvolvidas entre integrantes de comunidade emissoras e receptoras. Observando-se que a função da cultura seria de controlar e ordenar comportamentos, (Geertz, 1989) explica que a cultura não podendo ser interpretada como complexo de padrões concretos de comportamentos, há que se pensar em relações sociais que se organizam com imbricamento de usos, costumes, regras, planos e instruções que são vividos e absorvidos no cotidiano das sociedades.

Esta relação tem provocado, também, uma acentuada exclusão social da população, bem como afluência de outros modos de vida, reforçada por outras atividades ocupacionais, como também desemprego, uma vez que existem serviços que demandam uma mão de obra qualificada. Logo, segundo os estudos de (BECKER, 1998) e (CORIOLANO,2006) quando tratam do turismo nas áreas costeiras, afirmam que essas agrupam atrativos típicos de lugares turísticos litorâneos em função das potencialidades naturais. Nessa afirmação insere-se a Baía de Camamu, que teve o turismo como atividade econômica que veio depois da cacauicultura, trazendo impactos mais negativos que positivos, como: aumento do contingente populacional na Baía e nos municípios do seu entorno, grande número de construções de pousadas, hotéis e casas de habitação no veraneio, desmatamento, encarecimento dos preços tanto de alimentos quanto de terras e casas, que levam a uma reflexão sobre o planejamento sustentável no turismo.

Na avaliação deste quadro de carências e alterações, percebe-se que se projeta um processo de ressignificação nos vários aspectos da vida da comunidade da Baía de Camamu, levantando-se, para o seu entendimento, várias questões que devem ser trabalhadas na interface do turismo, uma vez que para (YÁZIGI,1998) a falta de planejamento na exploração da atividade turística amplia a ocorrência de impactos negativos que poderiam ser minimizados com a adoção de políticas adequadas pelas entidades oficiais e privadas, ajustando, portanto questões socioculturais e ambientais.

Considerando que no âmbito do turismo a natureza tem o significado de capital, cuja reserva de valores (água, metais, biodiversidade) é utilizada tanto através de tecnologias avançadas, tanto pela venda da própria natureza como mercadoria da atividade turística, principalmente nas zonas costeiras, o valor destas áreas é visto através da articulação terra-mar, pelos recursos bióticos e pela rica biodiversidade. Verificando-se a necessidade de se pensar em políticas de planejamento para evitar que a atividade do turismo continue se desenvolvendo de forma desordenada.

Atentando-se para o fato de que é de fundamental importância que a política governamental esteja vinculada à gestão da atividade do turismo, contando com a participação de representações locais e regionais, como de iniciativa privada e da sociedade civil acentua-se a necessidade da utilização do planejamento estratégico que, apoiando-se na participação social, venha elaborar políticas que contemplem equidade e sustentabilidade, modelo este que possibilita superar ao longo do tempo problemas como a exclusão social e a pobreza nas áreas periféricas.

Para (Dias, 2003), a elaboração de políticas de planejamento deve levar em consideração que as necessidades dos segmentos atrelados à atividade do turismo devem ser priorizadas, uma vez que todos eles devem se encontrar integrados para a socialização dos resultados cujos efeitos implicam em consequências tanto para o meio ambiente quanto para as comunidades diretamente envolvidas no processo de articulação da atividade do turismo.

Portanto, entendendo que os lugares turísticos são apropriados de forma estratégica a partir da lógica do capital, com uma função mercadológica, passam a ser um lugar do espetáculo para os visitantes e o lugar das resistências para os integrantes da comunidade, pois a seleção dos lugares e pessoas desencadeia uma série de tensões, cuja teia está imbricada nas dimensões ambientais, econômicas, sociais e culturais.

### **Considerações finais**

Entende-se que as ciências sociais auxiliam no desvelamento do caminho epistemológico do turismo seja como fenômeno social, seja como atividade turística. Vários autores tem contribuído de forma tangencial ou direta, na compreensão da complexidade do turismo: um fenômeno marcadamente multissetorial em sua produção e interdisciplinar. No campo da Psicologia Social, utilizando-se das Representações sociais, elas como um produto social são orientadoras de condutas que vão de um “continuum” que se estende do vivido cognitivo individual até os sistemas sociais, culturais e ideológicos.

Baseando-se nas questões de alteridade, de relações de gênero, de minorias étnicas excluídas, dos impactos socioculturais, entendemos a necessidade de um planejamento do turismo como forma de tomada de decisão. Aqui, ele deve significar idéias racionais e organizadas, tendo como substrato o conhecimento produzido a partir da visão de mundo dos sujeitos envolvidos na atividade turística exercida nos lugares de memória e consumo. Entretanto, planejar nos remete a idéia de (re) organização de um sistema que implica numa certa sustentabilidade que envolva a integração das **atividades** humanas, das **práticas** e **relações** sociais no ambiente, respeitando suas **potencialidades** e **limites**.

Considerando a Baía de Camamu, no que se refere a essa integração, verifica-se que a percepção dos sujeitos envolvidos evidencia suas **atividades econômicas**, **suas práticas**, **suas relações sociais**, apontando as **potencialidades naturais e culturais e seus limites**. Essas dimensões da produção do lugar turístico são traduzidas particularmente pelos recursos, empregos, meio ambiente, enfim sua vivência.

Após avaliação dos resultados da pesquisa realizada, considera-se adequado informar aos representantes do poder público da Zona Turística da Costa do Dendê sobre as sugestões e recomendações decorrentes da percepção dos atores sociais desta pesquisa. Assim, é possível que seus gestores verifiquem a necessidade de adoção de critérios de um planejamento participativo capaz de direcionar ações para certa sustentabilidade da atividade turística, prevendo mecanismos que resultem em impactos positivos para a comunidade local.

Partindo-se do princípio de que a possibilidade de inexistirem impactos no modelo relacional turista e ambiente é nula, há que se construírem formas de minimizar os impactos negativos, através de projetos que contemplem sustentabilidade dos recursos naturais. A adoção de planejamento para a atividade turística deve ter aplicabilidade como processo racional e participativo, no sentido de se evitar medidas que não correspondam às exigências das realidades locais, objetivando a integração dos vários interesses que permeiam a atividade do turismo, uma vez que existem novas formas de organização do turismo que são adaptadas aos interesses dessas



comunidades, com negócios turísticos voltados à geração de trabalho com melhor distribuição dos resultados do trabalho social, fazendo valer os valores comunitários.

Frente à disputa do residente com o turista, especialmente, na alta estação, se faz necessária ampliação de atendimentos na área da saúde, saneamento básico, existência de salva vidas, sinalização na área costeira e nos acessos a vários espaços, regularização do abastecimento de água, organização do sistema de energia elétrica e segurança.

Logo, que sejam firmadas parcerias com empresas públicas e privadas para a exploração da atividade turística, desde quando sejam apresentados de projetos e programas que prevejam ações para a preservação dos recursos naturais e das tradições culturais.

Nessa perspectiva as parcerias podem alavancar um turismo que atenda de maneira mais significativa a relação entre turista e comunidade local. Para tal, após a análise dos resultados desta pesquisa, indica-se particularmente para Baía de Camamu, algumas estratégias:

- 1) criação de cooperativas a fim de ampliar atividades artesanais, visto que a flora oferece espécimes de palmeiras nativas e em abundância, que poderão oferecer matéria prima, como também o aproveitamento dos frutos produzidos na região para transformação em polpa, geléias e doces.
- 2) capacitação de mão de obra local, através de parceria público/privado, via convênios que possam ser desenvolvidos entre as prefeituras e BAHIATURSA, Secretaria de Turismo do Estado da Bahia, Ministério do Turismo do Brasil, SENAC, SEBRAE e a UESC;
- 3) Uso da legislação municipal para proteger o patrimônio cultural (histórico e natural);
- 4) Criação de um Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente;
- 5) Manutenção da cultura local, através de programas de educação patrimonial, que permita o resgate das tradições e valores culturais;
- 6) Elaboração de calendário cultural oficial dos municípios.

Sob este ângulo o planejamento participativo para buscar um turismo de base local, pode recuperar o poder da sociedade, levando o cidadão a participar dessas estratégias de ação para a organização sustentável da atividade turística, preservando a identidade ambiental e sociocultural da comunidade local, posto que, o turismo sustentável envolve compreensão dos impactos, geração de empregos locais, melhoria da vida das comunidades envolvidas, desde que os métodos da gestão estratégica se aproximem de processos de sustentabilidade social, econômico, ambiental e cultural.

---

i- Doutoranda em Humanidades e Artes com ênfase na Educação pela Universidade Nacional de Rosário ( Argentina ). Mestra em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz. Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz – Curso de Historia. E-mail: djaneideargolo@hotmail.com.